

GUIA DE ESTUDOS



MMUN III



Comissão Manoel MUN'25

Secretário Geral

Mayra Evangelista Soares

Coordenador Geral do Projeto

Thiago Andrade Menezes

Diretoras de Comitê

Pablo Riquelme Oliveira Cardoso

Beatriz Portela Santos Almeida

Maria Eduarda Santana Negreiros

Flávia Lohanny Barreto Dantas

Secretaria de Logística

Álvaro Moura de Melo

Diretoria de AC

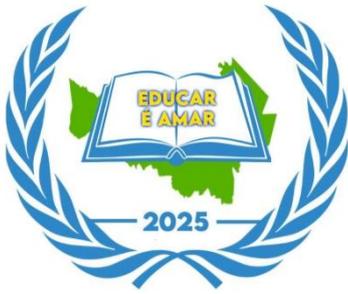
Roseane Silva Oliveira

Secretaria de Marketing

Clarice Freitas Duque de Oliveira

Secretaria de Comunicação

Larissa Lopes de Lima



SUMÁRIO



1. Carta da secretária geral.....	04
2. Carta do diretor de comitê.....	05
3. Contexto da ONU.....	06
4. Contexto do comitê.....	07
5. Tema: Mudanças climáticas.....	08
5.1 Redução de emissões de gases de efeito estufa.....	08
5.2 Adaptação às mudanças climáticas.....	09
5.3 Financiamento climático para países em desenvolvimento.....	11
5.4 Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono.....	14
5.5 Preservação de florestas e biodiversidade.....	15
5.6 Justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas.....	16
5.7 Posicionamento das delegações.....	22
6. DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO).....	33
7. Considerações finais.....	36



Fonte: blogspot

1. Carta da secretária Geral

Caros delegados, é com imensa honra que o Secretariado se dirige a todos vocês através desta carta. Gostaria de lhes expressar as minhas mais sinceras saudações, por obterem coragem e determinação de adentrarem no mundo da diplomacia e buscarem, por meio do diálogo, soluções pacíficas e justas para os imbróglis que afligem o âmbito internacional.

Em meio a conflitos, divergências e disputas por poder, vozes como as suas precisam se destacar, demonstrando que, através da diplomacia, o mundo pode, sim, ser um lugar muito melhor. Diante disso, queremos lhes desejar boas-vindas ao Manoel MUN. Esperamos que, por meio deste projeto, você receba o apoio necessário para explorar exponencialmente suas capacidades em realizar debates, expressando criatividade e liderança.

Preparem-se para defender os interesses de uma nação, na qual valoriza acima de tudo a sua cultura, valores e soberania. Dessa maneira, é chegada a hora de conhecer o verdadeiro universo das relações diplomáticas. Esperamos que vocês estejam dispostos a enfrentar desafios, sair da zona de conforto e demonstrar como lidar com situações que, no futuro, podem decidir a trajetória do cenário internacional. E, acima de tudo, lembre-se sobre a importância da vida e de suas implicações.

Estamos aqui para tornar está a sua melhor experiência no mundo das simulações. Como a sua mais nova família, queremos expressar a nossa alegria em poder compartilhar esta trajetória que promete ser marcante e inesquecível em nossas memórias. Dessa forma, desejamos que, assim como nós, vocês também estejam empolgados para a tão sonhada terceira edição do Manoel Model United Nations.

Atenciosamente, Secretariado.

2. Carta do diretor do comitê

Prezados delegados, é com imensa satisfação e alegria que me dirijo a vocês, futuros internacionalistas que a COP30 está estreando no ManoelMun'2025. Dessa maneira, vocês irão presenciar nesses dois dias árduos de debates, um tema importantíssimo para a contemporaneidade que é os impactos das mudanças climáticas e como essa problemática afeta a nossa vida na terra.

Nesse momento, eu gostaria de compartilhar com vocês que durante os debates, vocês como delegados representantes de uma nação devem sempre manter o respeito pelos outros e seguir com os princípios do seu país e de sua multinacional. Saibam que a ansiedade e o medo é algo normal na vida de todos, falo por experiência própria, já que durante minha primeira simulação representando os Estados Unidos no ManoelMun de 2023 foi bem desafiador para mim, pois tive que representar um país muito importante no cenário mundial. Desse modo, enfatizo que só de vocês já terem coragem de se inscrever para o projeto já demonstra o quão corajosos vocês são.

Ressalto que vocês como delegados coloquem como princípio o compromisso consigo mesmos e com seus países, pois, faz se ávido o decoro e reconhecimento de que vocês irão tratar de um sério problema que aflige o mundo todo. Então, é importante que vocês tragam o máximo de conhecimento sobre o tema e que trabalhem em conjunto para conseguir resolver o problema.

Por fim, espero que essa experiência seja incrível para vocês como foi para mim, se joguem nesse mundo que espera por vocês, sejam livres para expressar seus conhecimentos com os outros, vivam cada momento como se fossem debater na ONU de Nova York só que em Nossa Senhora da Gloria – SE. Se divirtam e vivam esse mundo, lembrando sempre que vocês são os protagonistas das suas histórias e espero do fundo do meu coração que vocês apreciem esses momentos que moldarão o futuro de vocês. Como no lema cita, sejam a revolução!

Atenciosamente, O Diretor do comitê

3. Contexto da ONU

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945. Atualmente, é composta por 193 Estados-membros. A missão e o trabalho das Nações Unidas são guiados pelos propósitos e princípios contidos na sua Carta fundadora – a Carta das Nações Unidas.

Devido aos poderes conferidos pela Carta e graças ao seu caráter internacional sui generis, as Nações Unidas podem tomar medidas sobre as grandes questões relacionadas com a humanidade, como a paz e a segurança, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, ajuda humanitária e emergências de saúde, igualdade de género, governação, entre muitas outras.

Em resumo, O objetivo da ONU é o de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos. A ONU dá aos países a oportunidade de procurar soluções em conjunto para os desafios do mundo, preservando os interesses e a soberania nacional.



24 de outubro de 1945: A fundação das Nações Unidas:

Em 1945, representantes de 50 países reuniram-se em São Francisco, na Conferência das Nações Unidas, para redigir a Carta das Nações Unidas. A deliberação dos delegados foi redigida com base em propostas elaboradas pelos representantes da China, União Soviética, Reino Unido e dos Estados Unidos em Dumbarton Oaks, nos Estados Unidos, em agosto e outubro de 1944.

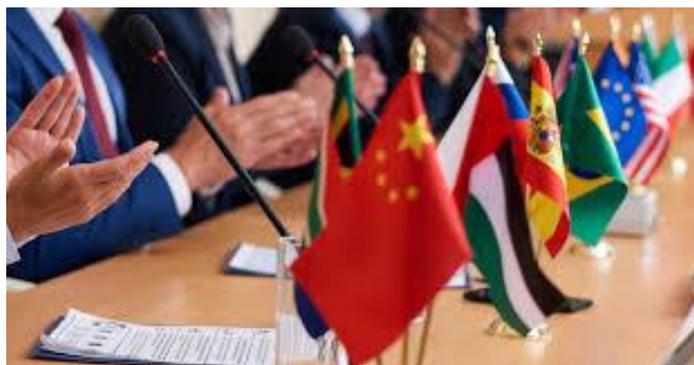
A Carta foi assinada a 26 de junho de 1945 pelos representantes dos 50 países. A Polónia, que não estava representada na Conferência, assinou mais tarde, tornando-se um dos 51 Estados-membros fundadores. A Organização das Nações Unidas foi criada oficialmente a 24 de outubro de 1945, quando a Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e

pela maioria dos outros signatários. Por essa razão, o Dia das Nações Unidas é comemorado a 24 de outubro de cada ano.

4. Contexto do Comitê

A COP (Conferência das Partes) é a reunião anual dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), criada, em 1992, na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. O objetivo da COP é unir os países para discutir e implementar ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater o aquecimento global.

Um dos maiores marcos da COP foi o Acordo de Paris, assinado em 2015. Ele tem como meta limitar o aumento da temperatura global a 2 °C e, se possível, a 1,5 °C. Cada país se compromete a reduzir suas emissões de carbono, por meio das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).



Além do Acordo de Paris, outro marco importante foi o Protocolo de Kyoto, que introduziu, em 1997, as primeiras metas de redução de emissões legalmente vinculantes para países desenvolvidos. Ao longo dos anos, as COPs também avançaram em diversas áreas, como financiamento climático, mecanismos de compensação de carbono e tecnologias limpas.

No entanto, embora as metas estabelecidas sejam ambiciosas, muitos países ainda não atingiram suas NDCs, o que torna a COP 30 uma grande oportunidade para rever e fortalecer esses compromissos.

O estado do Pará se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. De acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes

durante os principais dias da Conferência. Deste total, aproximadamente 7 mil compõem a chamada "família COP", formada pelas equipes da ONU e delegações de países membros.



As mudanças climáticas já causam impactos visíveis, como secas, inundações e aumento do nível do mar. A COP 30 ocorrerá em um momento crítico, pois os países precisam acelerar suas ações para evitar os piores efeitos do aquecimento global.

5. Impactos das mudanças climáticas

5.1 Redução de emissões de gases de efeito estufa

O efeito estufa é um fenômeno natural essencial para a vida na Terra, onde certos gases na atmosfera retêm parte da radiação infravermelha emitida pela superfície terrestre, aquecendo-a e tornando-a mais amena. Este processo permite que a temperatura da Terra seja favorável à existência de vida. No entanto, a intensificação da concentração de gases de efeito estufa, especialmente devido às atividades humanas, tem aumentado o efeito estufa e contribuído para o aquecimento global.

O mundo está na “corda bamba” do clima. Até o fim do século, o aumento da temperatura pode chegar a 3,1°C. Segundo o relatório “Chega de ar quente, por favor”, das Nações Unidas, o planeta está no rumo de um crescimento “catastrófico”, com efeitos negativos nas alterações climáticas. A ONU defende uma redução de 42% das emissões anuais de gases do efeito estufa até 2030 e de 57% até 2035. A ideia é manter a meta do Acordo de Paris, de 1,5°C, definida em 2015. De acordo com o relatório, mesmo se as metas forem cumpridas, o aumento da temperatura ficará limitado entre 2,6 e 2,8°C. No ano passado, as emissões de gases com efeito estufa aumentaram 1,3%, o nível mais alto de todos os tempos.



Segundo o secretário-geral da ONU, António Guterres, essas emissões precisam cair 9% todos os anos, até 2030, para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Para Guterres, existe uma ligação direta entre aumento das emissões e desastres climáticos, com calor recorde transformando as cidades em saunas e causando chuvas intensas. E um lado positivo. O relatório mostra que tecnologias existentes e acessíveis podem garantir as reduções necessárias até 2030 e 2035. Por exemplo, o uso de tecnologias solares fotovoltaicas e de energia eólica poderia proporcionar 27% do potencial de redução até 2030 e 38% até 2035.

A temperatura do planeta já subiu 1,2 graus, dizem os cientistas. O mais recente conjunto de metas climáticas globais, de acordo com relatório divulgado na terça-feira (26), está muito aquém do que é necessário para limitar o aquecimento a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Segundo os cientistas, o mundo deveria permanecer abaixo desse limiar crítico.

5.2 Adaptação às mudanças climáticas

As mudanças climáticas ameaçam o futuro do nosso planeta, mas ainda estamos a tempo de nos adaptarmos a elas e atenuar seus efeitos. A seguir, revisaremos as medidas que estão sendo propostas e viajaremos no tempo para contar como será o mundo que parará o aquecimento global.

A adaptação à mudança do clima é o processo de ajuste de sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima no presente e no futuro e seus efeitos, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU — IPCC, na sigla em inglês. A adaptação busca reduzir e evitar potenciais danos e explorar oportunidades apresentadas pela mudança do clima. Por isso, desempenha papel fundamental na redução da exposição e da vulnerabilidade aos impactos do aquecimento global.



Ganhar a batalha contra as mudanças climáticas é algo difícil, mas, com o esforço de todos e através das medidas de mitigação adequadas, poderemos minimizar os danos:

- Melhorar a eficiência energética e apostar nas energias renováveis contra os combustíveis fósseis.
- Promover o transporte público e a mobilidade sustentável com mais trajetos urbanos de bicicleta, menos voos de avião e mais viagens de trem e carro compartilhado.
- Promover a indústria, a agricultura, a pesca e a pecuária ecológicas, a sustentabilidade alimentar, o consumo responsável e a regra dos 3R (reduzir, reutilizar e reciclar).
- Taxar o uso de combustíveis fósseis e dos mercados de emissões de CO₂.
- Construir edificações e infraestruturas mais seguras e sustentáveis.
- Reflorestar as florestas e restaurar os ecossistemas danificados.
- Diversificar os cultivos para que se adaptem melhor a climas mais mutáveis.
- Pesquisar e desenvolver soluções inovadoras para a prevenção e gestão de catástrofes naturais.
- Desenvolver protocolos de atuação no caso de emergências climática.

Adaptação às Mudanças Climáticas

O que é adaptação às mudanças climáticas?

A adaptação é o processo de ajuste aos efeitos do clima atual e esperado. Em sistemas humanos, a adaptação procura moderar ou evitar danos, bem como explorar oportunidades benéficas. Em alguns sistemas naturais, intervenções humanas podem facilitar o ajuste a mudanças do clima e seus efeitos.

Vulnerabilidade Climática (ícone de nuvem vermelha)

Resiliência Socioeconômica (ícone de pessoas)

Adaptação às mudanças do clima (ícone de seta verde)

Como se adaptar?

O planejamento e implementação da adaptação é um processo contínuo e cíclico, que pode ser aprimorado por ações complementares entre diferentes níveis, dos indivíduos aos governos (IPCC, 2014).

Por onde começar?

Olhar para o presente...

Um primeiro passo em direção à adaptação ao clima futuro é reduzir as vulnerabilidades e exposição à variabilidade climática atual.

Pensando no futuro...

Estratégias e ações disponíveis podem aumentar a resiliência entre uma faixa de cenários climáticos futuros, enquanto contribuem para a melhoria da saúde humana, condições de vida, bem-estar econômico e social, e qualidade ambiental (IPCC, 2014).

Importante saber

SINERGIAS

Nas ações de adaptação que potencializam os benefícios naturais, os benefícios socioeconômicos são alcançados de forma sinérgica.

CONFLITO DE ESCALA

Nas ações de adaptação que reduzem os benefícios naturais, os benefícios socioeconômicos são alcançados de forma conflitante em escala.

MÁ-ADAPTAÇÃO

Nas ações de adaptação que reduzem os benefícios naturais, os benefícios socioeconômicos são alcançados de forma conflitante em escala, agravando os impactos negativos.

5.3 Financiamento climático para países em desenvolvimento

O termo financiamento climático refere-se à estrutura de fundos e mecanismos de financiamento, estabelecidos ou regulados internacionalmente, para apoiar países na transição climática e no combate aos seus efeitos. As fontes predominantes de financiamento climático incluem o Fundo Verde para o Clima, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU, o Mercado Global de Carbono (em desenvolvimento), além de outras iniciativas governamentais e privadas.

O objetivo do financiamento climático é fornecer recursos financeiros e técnicos para projetos e programas que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa, a proteção contra os impactos das mudanças climáticas e a promoção de uma transição energética justa e sustentável. Isso inclui investimentos em energia renovável, eficiência energética, agricultura climaticamente inteligente e adaptação ao clima.

Esforços de organizar e desenvolver o financiamento climático estão no centro da governança internacional do clima desde a Eco-92 (Rio de Janeiro, 1992). Conhecida também como Cúpula da Terra, ou oficialmente como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é considerada um marco na história do combate às mudanças climáticas. Foi a primeira a contar com a presença massiva de governos, sociedade civil e iniciativa privada em prol

de um interesse único: definir medidas para enfrentar os problemas crescentes das emissões de gases de efeito estufa.



Os desafios que cercam o financiamento climático têm suscitado atenção crescente: 1)) O volume de recursos é considerado insuficiente para atender às necessidades globais de mitigação e adaptação ao clima. 2) Muitos países em desenvolvimento enfrentam barreiras para acessar os recursos de financiamento climático disponíveis, incluindo falta de capacidade técnica e institucional, processos muito burocráticos e limitações de garantias financeiras. iii) Falta de transparência e responsabilidade que garanta que o financiamento seja usado de maneira eficiente e que os resultados sejam amplamente monitorados e relatados. iv) Desafios políticos, incluindo oposição a mudanças significativas nos sistemas energéticos e econômicos, e divergências entre países quanto aos custos e responsabilidades da ação climática. v) Dificuldades para a mobilização de recursos privados, associadas ao desafio de encontrar maneiras de tornar os investimentos privados mais atraentes e viáveis para atender às necessidades climáticas. Superar esses desafios é determinante para garantir que o financiamento climático seja suficiente e eficiente e que sejam alcançados os objetivos globais de mitigação e adaptação ao clima. O propósito principal deste estudo é jogar luz à discussão do financiamento climático, recorrendo a números e atributos específicos. De um lado, destacando sua estrutura básica de operação, como se formou e como tem operado hoje. De outro lado, discutir também limites e desafios para o aprimoramento e avanço do financiamento climático



Os governos desempenham um papel importante para a concessão e fluxo do financiamento climático, através de orçamentos nacionais, impostos e taxas. Por exemplo, alguns países têm impostos sobre carbono para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa. Já as organizações internacionais, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo de Adaptação, foram criadas para fornecer financiamento para projetos de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Essas organizações recebem contribuições financeiras de países desenvolvidos e de outras fontes. O setor privado, incluindo bancos de desenvolvimento e instituições de microcrédito, financiam investimentos em tecnologias limpas e projetos de redução de emissões. Os recursos são repassados para agências de cooperação para o desenvolvimento, instituições financeiras bilaterais e multilaterais, UNFCCC e setor privado e mercado de carbono antes de chegar ao seu destino

- **Fundos Climáticos:** fundos criados para financiar projetos relacionados às mudanças climáticas em países em desenvolvimento, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para o Meio Ambiente.
- **Créditos de carbono:** certificados emitidos por projetos que reduzem ou removem emissões de gases de efeito estufa, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS).
- **Investimentos verdes:** investimentos em projetos que promovem a redução das emissões de gases de efeito estufa e a transição para uma economia de baixo carbono, como investimentos em energias renováveis, transporte limpo e eficiência energética.
- **Seguros climáticos:** seguros de que oferecem cobertura contra perdas financeiras decorrentes de eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades.

5.4 Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono

Em um mundo cada vez mais consciente da necessidade de preservação ambiental, as energias renováveis e tecnologia desempenham papéis cruciais na busca por soluções sustentáveis. Nos últimos anos, temos visto um notável crescimento na adoção de energias renováveis em escala global. O aumento da preocupação com as mudanças climáticas e os impactos ambientais associados às

fontes de energia convencionais, como petróleo e carvão, tem levado governos e empresas a investirem cada vez mais em alternativas sustentáveis.



Um dos principais motivos para esse aumento na utilização de energias renováveis e tecnologia é a busca por opções mais limpas e menos poluentes. As energias renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, distinguem-se por não emitirem poluentes durante o processo de geração de energia, contribuindo significativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o avanço tecnológico tem impulsionado o crescimento das energias renováveis. Inovações nas áreas de armazenamento de energia, eficiência dos painéis solares e turbinas eólicas mais modernas estão tornando as fontes renováveis cada vez mais competitivas em termos de custo e eficiência. As mudanças climáticas e a crescente demanda por energia impulsionam a necessidade de adotarmos práticas mais conscientes e tecnologias inovadoras.

A tecnologia desempenha um papel fundamental na expansão e aprimoramento das energias renováveis. Diversas inovações estão transformando o cenário energético global, proporcionando soluções mais eficientes e acessíveis. Com as mudanças climáticas cada vez mais evidentes, a transição para fontes de energia mais limpas tornou-se uma prioridade global. As energias renováveis tecnológicas, como solar e eólica, têm ganhado destaque, oferecendo alternativas mais sustentáveis aos combustíveis fósseis.



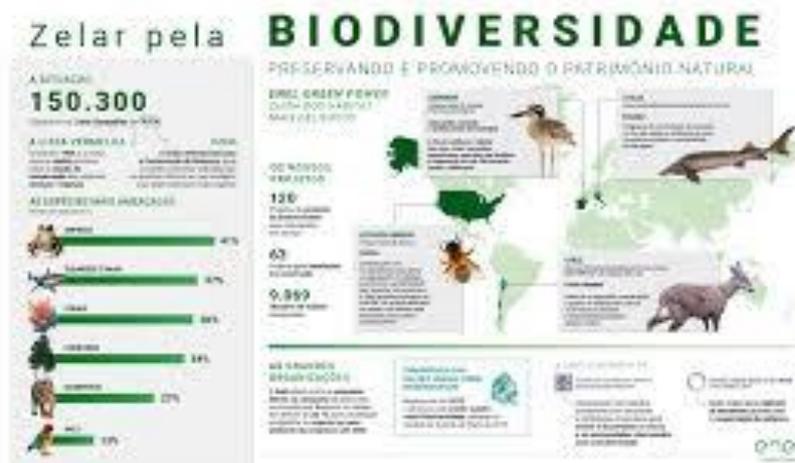
A transição para uma economia de baixo carbono, baseada na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e no uso eficiente de recursos naturais, é fator essencial para o posicionamento da indústria brasileira como liderança na agenda nacional e global de sustentabilidade. A adoção de práticas industriais alinhadas aos princípios da sustentabilidade estimula o desenvolvimento de soluções inovadoras e ecoeficientes, gerando vantagens competitivas ao reduzir impactos ambientais negativos, atrair investimentos e promover a criação de novas competências.

Tecnologias limpas, também chamadas Clean Tech, permitem ganhos de eficiência, trocas de combustíveis e, em alguns casos, a substituição completa de processos emissores. Por exemplo, na indústria brasileira sistemas de automação, sensoriamento e robótica (Indústria 4.0) têm potencial de ganhos de eficiência energética entre 10% e 25% sem demandar elevados investimentos de capital ou alterações de processo. Ainda, sistemas eficientes de combustão, sistemas de recuperação de calor, tecnologias de recuperação de vapor e fornos mais eficientes têm grande potencial de redução de emissão na indústria e apresentam ganhos de redução de custo e segurança operacional. Além das tecnologias limpas, as fontes renováveis de energia são fundamentais para alcançarmos a estabilização dos níveis de GEE na atmosfera.

5.5 Preservação de florestas e biodiversidade

As florestas e a biodiversidade são tesouros da natureza, fundamentais para a manutenção do equilíbrio do nosso planeta. Elas são responsáveis pela regulação do clima, pela conservação do solo e da água, pela purificação do ar e pelo abrigo de uma infinidade de espécies animais e vegetais. No entanto, a exploração irresponsável dos recursos naturais e o avanço das áreas urbanas têm levado à degradação e destruição das florestas e à perda da biodiversidade em todo o mundo. É fundamental

entender a importância da preservação das florestas e da biodiversidade e agir de forma consciente para protegê-las.



A biodiversidade garante a vida. A produtividade dos ecossistemas, a manutenção de ciclos como das águas e de nutrientes, bem como locais de refúgio de inimigos naturais de muitos insetos ou polinizadores se encontram em habitats preservados. A nossa identidade cultural também está ali preservada. Potenciais fármacos e importante fonte de nutrientes, bem como diversidade que permite o melhoramento de nossas plantas cultivadas se encontram dispersos na natureza. A perda da biodiversidade vem ocorrendo rapidamente. Estima-se que essa perda seja mil vezes superior à taxa natural. Ações como fragmentação de habitats e destruição dos mesmos têm causado o declínio de várias espécies, colocando-as em risco de extinção. A manutenção de refúgios para a biodiversidade é a melhor opção para auxiliar o combate à perda da biodiversidade. Dessa forma, a proteção de áreas de preservação permanente ao longo de cursos d'água e a reserva legal em propriedades contribuem para a manutenção da biodiversidade

5.6 Justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas

Diante da crescente intensificação da crise climática, o conceito de justiça climática emerge como uma lente, revelando as desigualdades que permeiam a distribuição dos impactos e das responsabilidades. Mas, afinal, o que significa justiça climática e por que ela se tornou tão essencial em nosso tempo?

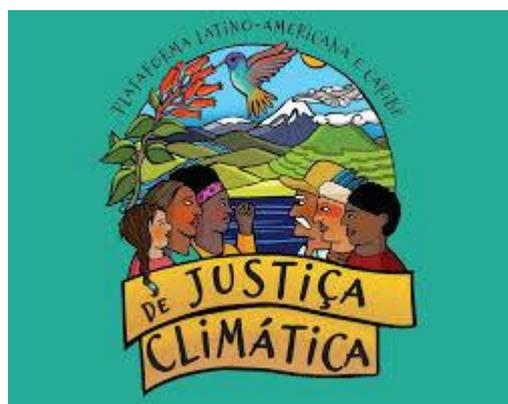
A justiça climática mergulha nas raízes sociais, econômicas e políticas da crise climática, expondo como os mais vulneráveis, aqueles que menos contribuíram para o problema, são os que

mais sofrem as consequências. Embora o conceito esteja se tornando cada vez mais conhecido, ainda há múltiplos entendimentos sobre o que significa.

Justiça climática é uma abordagem ética e política que emerge como evolução da justiça ambiental, focando nas desigualdades sociais amplificadas pelas mudanças climáticas. Ela conecta os direitos humanos, a equidade e a sustentabilidade, propondo medidas para reduzir os impactos climáticos nos grupos mais expostos e vulnerabilizados, como as populações periféricas e povos indígenas. Esse conceito é sustentado por dimensões distributiva, de reconhecimento e procedimental, que orientam a identificação de riscos e benefícios no contexto climático.

O ano de 2024 terminou como o mais quente da história e o primeiro a ultrapassar 1,5°C de aumento na temperatura média da Terra em relação aos níveis pré-industriais. No Brasil, ocorreram diversos eventos climáticos extremos, como as enchentes históricas que atingiram centenas de municípios no Rio Grande do Sul. É mais um caso que ajuda a ilustrar o impacto da desigualdade.

Justiça climática e transição justa, embora trilhem caminhos distintos em acordos multilaterais e debates de alto nível, podem convergir e se fortalecer. A justiça climática, com sua abrangência ética e política, oferece a lente necessária para guiar e qualificar a análise das melhores medidas de enfrentamento e adaptação aos impactos da mudança climática. Já a transição justa, por sua vez, traz as ferramentas práticas para transformar os princípios da justiça climática em ações palpáveis nas transições econômicas, garantindo uma transformação equitativa e sustentável. Essa intrínseca relação entre teoria e prática se manifesta de formas específicas no cenário brasileiro, em que a justiça climática tem se destacado como um tema relevante



As emissões de gases de efeito estufa recobrem a Terra, retendo o calor do sol. Isso leva ao aquecimento global e às mudanças climáticas. O mundo agora está aquecendo mais rapidamente do que em qualquer outro momento registrado na história.

Causas:

Geração de energia

A geração de eletricidade e calor pela queima de combustíveis fósseis é responsável por uma boa parcela das emissões globais. A maior parte da eletricidade ainda é gerada pela queima de carvão, petróleo ou gás, o que produz dióxido de carbono e óxido nitroso, poderosos gases de efeito estufa que recobrem o planeta e retêm o calor do sol. No mundo todo, apenas cerca de um quarto da eletricidade é gerada por vento, sol e outros recursos renováveis que, ao contrário dos combustíveis fósseis, emitem pouco ou nenhum gás de efeito estufa ou poluentes do ar.

Fabricação de produtos

A manufatura e a indústria produzem emissões, principalmente pela queima de combustíveis fósseis para gerar energia para fabricar cimento, ferro, aço, eletrônicos, plástico, roupas e outros produtos. A mineração e outros processos industriais também liberam gases, assim como a indústria da construção civil. Máquinas usadas no processo de fabricação muitas vezes funcionam com carvão, petróleo ou gás, e alguns materiais, como plástico, são fabricados com produtos químicos extraídos dos combustíveis fósseis. A indústria de manufatura é uma das maiores contribuintes para as emissões de gases do efeito estufa no mundo.

Desmatamento florestal

O desmatamento de florestas para criar fazendas ou pastos, ou por outros motivos, gera emissões. Isso acontece porque, ao serem cortadas, as árvores liberam o carbono que estavam armazenando. Cerca de 12 milhões de hectares de florestas são destruídos por ano. Como as florestas absorvem o dióxido de carbono, a destruição delas também limita a capacidade da natureza em manter as emissões fora da atmosfera. O desmatamento, assim como a agricultura e outras mudanças no uso da terra, é responsável por cerca de um quarto das emissões globais de gases do efeito estufa.

Uso de transporte

A maioria dos carros, caminhões, navios e aviões funcionam com combustíveis fósseis. Isso faz com que o transporte seja um dos grandes responsáveis pelos gases de efeito estufa, especialmente emissões de dióxido de carbono. Os veículos rodoviários representam a maior parte, devido à combustão de produtos derivados de petróleo, como a gasolina, em motores de combustão interna. No entanto, as emissões de navios e aviões continuam a crescer. O transporte é responsável por quase um quarto das emissões globais de dióxido de carbono relacionadas à energia. E as tendências apontam para um aumento significativo no uso de energia para o transporte nos próximos anos.

Produção de alimentos

A produção de alimentos gera emissões de dióxido de carbono, metano e outros gases do efeito estufa de várias maneiras, inclusive pelo desmatamento e limpeza de terras para agricultura e pastagem, consumo por gado e ovelhas, produção e uso de fertilizantes e esterco para a agricultura e uso de energia para o funcionamento de equipamentos agrícolas ou barcos de pesca, geralmente com combustíveis fósseis. Tudo isso torna a produção de alimentos um dos principais contribuintes para as mudanças climáticas. E as emissões de gases do efeito estufa também ocorrem na embalagem e distribuição dos alimentos.

Energia nos edifícios

No mundo todo, prédios residenciais e comerciais consomem mais de metade de toda a eletricidade. Como eles continuam a usar carvão, petróleo e gás natural para aquecimento e resfriamento, emitem quantidades significativas de gases de efeito estufa. A crescente demanda de energia para aquecimento e resfriamento, com o maior uso de aparelhos de ar-condicionado, bem como o aumento do consumo de eletricidade para iluminação, eletrodomésticos e dispositivos conectados, têm contribuído para um aumento nas emissões de dióxido de carbono dos edifícios nos últimos anos.

Excesso de consumo

Sua casa e seu uso de energia, a forma como você se locomove, o que você come e quanto lixo você produz contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. Além, é claro, do consumo de produtos como roupas, eletrônicos e plásticos. Uma grande parte das emissões globais de gases do efeito estufa está vinculada a residências particulares. Nossos estilos de vida têm um profundo impacto no nosso planeta. Os mais ricos têm a maior responsabilidade: a

parcela 1% mais rica da população global combinada responde por mais emissões de gases do efeito estufa do que os 50% mais pobres.

Efeitos: O aumento das temperaturas ao longo do tempo está mudando os padrões climáticos e perturbando o equilíbrio da natureza. Isso representa muitos riscos para os seres humanos e todas as outras formas de vida na terra.

Temperaturas mais altas

À medida que a concentração dos gases de efeito estufa aumenta, o mesmo acontece com a temperatura da superfície global. A última década (2011-2020) é a mais quente já registrada. Desde os anos 1980, cada década tem sido mais quente do que a anterior. Quase todas as áreas têm tido mais dias quentes e ondas de calor. Temperaturas mais elevadas aumentam o número de doenças relacionadas ao calor e dificultam o trabalho ao ar livre. Incêndios começam com mais facilidade e se espalham mais rapidamente quando as condições estão mais quentes. As temperaturas no Ártico aumentaram pelo menos duas vezes mais rápido do que a média global.

Tempestades mais severas

Tempestades destrutivas têm se tornado mais intensas e frequentes em muitas regiões. Conforme as temperaturas aumentam, mais umidade evapora, agravando chuvas e inundações extremas e causando tempestades mais destrutivas. A frequência e a dimensão das tempestades tropicais também são afetadas pelo aquecimento do oceano. Ciclones, furacões e tufões se alimentam da água quente na superfície do oceano. Com frequência, essas tempestades destroem casas e comunidades, causando mortes e enormes perdas econômicas.

Aumento da seca

As mudanças climáticas afetam a disponibilidade de água, tornando-a mais escassa em mais regiões. O aquecimento global agrava os períodos de seca em regiões onde a falta de água já é comum e leva a um risco maior de secas agrícolas, afetando plantações, e secas ecológicas, aumentando a vulnerabilidade dos ecossistemas. Os períodos de seca também podem causar destrutivas tempestades de areia e poeira, que podem mover bilhões de toneladas de areia entre continentes. Os desertos estão crescendo, reduzindo a área cultivável. Muitas pessoas agora enfrentam a ameaça de não ter água suficiente regularmente.

Um oceano cada vez mais quente e maior

O oceano absorve a maior parte do calor gerado pelo aquecimento global. A taxa de aquecimento do oceano aumentou muito nas duas últimas décadas, em todas as profundidades. À medida que essa temperatura sobe, o volume dele aumenta, já que a água se expande quando aquecida. O derretimento de placas de gelo também provoca o aumento do nível do mar, ameaçando comunidades litorâneas e insulares. Além disso, o oceano absorve dióxido de carbono, evitando que ele se concentre na atmosfera. No entanto, mais dióxido de carbono deixa a água mais ácida, ameaçando a vida marinha e recifes de corais.

Perda de espécies

As mudanças climáticas representam riscos para a sobrevivência de espécies na terra e no oceano. Esses riscos aumentam com a elevação das temperaturas. Agravado pelas mudanças climáticas, o mundo está perdendo espécies a uma taxa 1.000 vezes maior do que em qualquer outro momento na história da humanidade. Um milhão de espécies estão em risco de extinção nas próximas décadas. Incêndios florestais, clima extremo, além de doenças e pragas invasoras estão entre as várias ameaças relacionadas às mudanças climáticas. Algumas espécies conseguirão se deslocar e sobreviver, mas outras não.

Não há comida suficiente

As mudanças no clima e o aumento de eventos climáticos extremos estão entre as razões por trás do crescimento global da fome e da subnutrição. A pesca, a agricultura e a criação de gado podem ser destruídas ou se tornarem menos produtivas. Com o oceano ficando mais ácido, os recursos marinhos que alimentam bilhões de pessoas estão em risco. As mudanças na cobertura de neve e gelo em várias regiões árticas prejudicam o abastecimento de alimentos provenientes do pastoreio, da caça e da pesca. O estresse térmico pode diminuir a quantidade de água e as áreas de pastagem, causando o declínio da produção agrícola e afetando o gado.

Mais riscos para a saúde

As mudanças climáticas são a maior ameaça à saúde que a humanidade enfrenta. Os impactos climáticos já estão prejudicando a saúde, com poluição do ar, doenças, eventos climáticos extremos, deslocamento forçado, pressões sobre a saúde mental e aumento da fome e subnutrição em locais onde as pessoas não conseguem cultivar ou encontrar alimentos suficientes. A cada ano, fatores ambientais tiram a vida de cerca de 13 milhões de pessoas. A

mudança dos padrões climáticos está expandindo o número de doenças, e os eventos climáticos extremos aumentam as mortes e dificultam a manutenção dos sistemas de saúde.

Pobreza e deslocamento

As mudanças climáticas aumentam os fatores que levam as pessoas à pobreza e as mantêm nessa situação. Inundações podem assolar favelas urbanas, destruindo casas e meios de subsistência. O calor pode dificultar o trabalho ao ar livre. A escassez de água pode afetar a agricultura. Na última década (2010–2019), eventos relacionados ao clima provocaram o deslocamento estimado de, em média, 23,1 milhões de pessoas por ano, deixando muitos mais vulneráveis à pobreza. A maioria dos refugiados vem de países que estão mais vulneráveis e menos preparados para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

5.7 Posicionamento das delegações e multinacionais

- **Países:**

África do Sul: A África do Sul demonstra uma atuação firme diante da emergência climática, priorizando tanto a redução de suas emissões quanto a adaptação aos efeitos já sentidos. Como signatária do Acordo de Paris, o país elevou suas metas de corte de gases de efeito estufa, estabelecendo um limite de 510 milhões de toneladas de dióxido de carbono até 2025. Para fortalecer sua capacidade de resposta aos impactos do aquecimento global, como ondas de calor, secas severas e chuvas torrenciais, a África do Sul também formulou uma Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Sua atuação proativa engloba a mitigação, através de metas ambiciosas e instrumentos como o imposto sobre o carbono; a adaptação, visando aumentar a resiliência frente aos eventos climáticos extremos; a cooperação internacional, exercendo um papel de destaque na governança climática global; a transição justa, buscando minimizar os impactos socioeconômicos da mudança para uma economia de baixo carbono; e a liderança africana, promovendo soluções conjuntas no continente. Apesar desses esforços, o país enfrenta desafios significativos, como a alta dependência de carvão, a vulnerabilidade climática e os potenciais impactos socioeconômicos negativos. Em resumo, a África do Sul age com reconhecimento da urgência climática.

Austrália: A Austrália demonstra um compromisso crescente com a ação climática, visando emissões líquidas zero até 2050 e estabelecendo uma meta de redução de 43% nas emissões de gases de efeito estufa até 2030, em comparação com os níveis de 2005. Signatária do Acordo de Paris, o país busca limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C, preferencialmente a 1,5°C. Para alcançar esses objetivos, a Austrália implementou diversas políticas e ações, incluindo a Estratégia Nacional de Resiliência e Adaptação Climática, o Mecanismo de Salvaguarda para grandes emissores, o Esquema de Investimento em Capacidade para energia limpa, o plano "Energia para a Austrália" e o plano "Feito na Austrália" para o futuro, que direcionam investimentos significativos para energias renováveis, hidrogênio verde, metais verdes e outras tecnologias limpas. Incentivos para veículos elétricos, o Fundo de Redução de Emissões e a Meta de Energia Renovável também fazem parte do esforço nacional. Além disso, o governo australiano se comprometeu a atingir emissões líquidas zero em suas próprias operações até 2030 e colabora com estados e territórios que possuem metas climáticas ambiciosas. Apesar desses avanços, a Austrália enfrenta desafios como a histórica dependência de combustíveis fósseis e a necessidade de políticas ainda mais ambiciosas para se alinhar plenamente com as metas climáticas globais. No cenário internacional, o país participa ativamente de negociações e busca colaborações, inclusive considerando sediar a COP31 em 2026 com os países insulares do Pacífico. Em suma, a Austrália está em um processo de transição para uma economia de baixo carbono, com metas e políticas estabelecidas, mas com a necessidade contínua de intensificar a ação para enfrentar efetivamente a emergência climática.

Alemanha: O governo alemão demonstra um forte compromisso com a ação climática, posicionando a proteção do clima como prioridade máxima em suas políticas, com objetivos legalmente vinculantes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 65% até 2030, 88% até 2040 e alcançar a neutralidade de gases de efeito estufa até 2045. O país tem apresentado progressos significativos na redução de suas emissões, impulsionados pela expansão das energias renováveis, que já superam 50% do consumo bruto de eletricidade, com a meta de atingir pelo menos 80% até 2030. Para alcançar a neutralidade climática, a Alemanha está implementando uma transição energética abrangente, que inclui a expansão massiva de energias renováveis, a eliminação progressiva do carvão, a promoção do hidrogênio verde, o aumento da eficiência energética e a proteção climática natural. No cenário internacional, a Alemanha é uma defensora ativa da cooperação climática global, participando das COPs e buscando parcerias para promover a redução do uso de carvão e a adaptação climática, sendo também um dos maiores contribuintes para o financiamento climático internacional. Apesar de

seus esforços ambiciosos, existem desafios e debates sobre a suficiência das medidas atuais para atingir as metas estabelecidas, com preocupações levantadas sobre a possibilidade de não alcançar a meta de 2030. Em suma, o posicionamento da Alemanha é de forte engajamento e liderança na luta contra as mudanças climáticas, com metas ambiciosas e políticas em curso para transformar sua economia e contribuir para os esforços globais.

Brasil: A posição do Brasil diante das mudanças climáticas é complexa, marcada por compromissos internacionais sob o Acordo de Paris, incluindo a recente NDC de 2024 que estabelece uma meta de redução das emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, com o objetivo de zerar as emissões até 2060. A principal ferramenta para o enfrentamento climático é o Plano Clima, guiando ações de mitigação e adaptação até 2035, fundamentado na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) de 2009, que visa reduzir o desmatamento, aumentar a participação de energias renováveis e a eficiência energética, com planos setoriais em diversas áreas. O governo federal busca um protagonismo internacional, especialmente com a futura presidência da COP30 em Belém, defendendo maior financiamento climático por parte dos países desenvolvidos. Apesar disso, o Brasil enfrenta desafios significativos, como o desmatamento na Amazônia, e críticas sobre a ambição de suas metas e a persistência em modelos de negócios de combustíveis fósseis, resultando em quedas em rankings de ação climática. Contudo, o país possui uma matriz energética relativamente renovável e demonstra um crescente reconhecimento da urgência climática, buscando conciliar desenvolvimento e sustentabilidade em sua transição econômica.

China: A China, como maior emissora global de dióxido de carbono, prioriza a mudança climática, estabelecendo as metas de pico de emissões antes de 2030 e neutralidade de carbono antes de 2060, o que demanda "esforços extraordinários" dada sua população e desenvolvimento. O país atualizou suas NDCs sob o Acordo de Paris, promovendo uma estrutura de consumo de energia limpa com a capacidade não fóssil superando o carvão em 2021 e buscando que 80% de sua matriz energética seja não fóssil até 2060, com uma meta intermediária de 1.200 GW de capacidade eólica e solar instalada até 2030, já alcançando 1.878 GW em 2024. A China também foca em eficiência energética, controle de emissões de metano (com sua primeira política nacional em 2023) e adaptação climática com a "Estratégia Nacional de Adaptação à Mudança Climática 2035". As políticas incluem a incorporação de metas de redução de carbono nos planos quinquenais, a mudança para o controle direto de emissões de carbono, a promoção de veículos de nova energia (com extensão de incentivos fiscais e alta penetração no mercado), o

desenvolvimento do mercado nacional de comércio de carbono e a cooperação internacional, especialmente com países em desenvolvimento através da Iniciativa Cinturão e Rota. Apesar desses esforços, a China ainda é o maior consumidor de carvão, com a segurança energética sendo uma consideração chave, e suas emissões totais de gases de efeito estufa permanecem elevadas, com avaliações indicando que o progresso atual pode não ser suficiente para as metas climáticas globais mais ambiciosas, enfrentando o desafio de equilibrar crescimento econômico e ação climática. A China se apresenta como líder global na governança climática, mas a escala de sua economia e necessidades energéticas tornam sua transição um fator crucial com oportunidades e desafios significativos para a ação climática global.

Canadá: O Canadá se posiciona como um forte defensor da ação climática ambiciosa, tanto nacional quanto internacionalmente. Legalmente comprometido com o net-zero até 2050 através da Lei Canadense de Responsabilização por Emissões Líquidas Zero, o país estabelece metas quinquenais de redução de emissões, visando atualmente uma diminuição de 40-45% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 e uma meta provisória de 45-50% até 2035. Suas políticas domésticas incluem um sistema nacional de precificação de carbono, um plano de redução de emissões para 2030, a busca por 100% de eletricidade não emissora até 2035 com a eliminação gradual do carvão, investimentos em energia limpa e infraestrutura para veículos elétricos, redução de emissões de metano, soluções baseadas na natureza como o plantio de 2 bilhões de árvores e a conservação de 30% de terras e oceanos até 2030, e um padrão de combustível limpo. No cenário internacional, o Canadá é signatário do Acordo de Paris, contribui para o financiamento climático em países em desenvolvimento, participa de iniciativas globais como a Powering Past Coal Alliance e o Global Methane Pledge, e colabora ativamente com parceiros internacionais, como os Estados Unidos. Apesar do forte comprometimento e das diversas políticas implementadas, avaliações sugerem que esforços adicionais e uma implementação mais robusta são necessários para alinhar-se plenamente com a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, demandando um esforço contínuo e colaborativo em todos os níveis.

Estados Unidos: O posicionamento dos Estados Unidos em relação às mudanças climáticas é multifacetado e tem evoluído. Atualmente, o país almeja alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050, com metas intermediárias de redução de 50-52% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 e de 61-66% até 2035. Apesar desses esforços, a polarização política em torno do tema e a influência da indústria de combustíveis fósseis representam desafios

significativos. Alcançar as metas estabelecidas exigirá um esforço contínuo e possivelmente a implementação de políticas adicionais, já que algumas avaliações indicam que as medidas atuais podem não ser suficientes para limitar o aquecimento global a 1,5°C. A priorização de interesses econômicos domésticos em algumas ocasiões também levanta questionamentos sobre a ambição da atuação internacional do país. Em resumo, os Estados Unidos definiram metas climáticas ambiciosas e implementaram políticas importantes, mas o progresso enfrenta obstáculos políticos e econômicos, demandando ações futuras para um alinhamento completo com os objetivos climáticos mais rigorosos.

França: A França se estabeleceu como uma defensora proeminente da ação climática, tanto em âmbito nacional quanto internacional, sendo a anfitriã da COP21 em 2015, que culminou no Acordo de Paris. Comprometida com os objetivos do Acordo, incluindo limitar o aumento da temperatura global a bem menos de 2°C, buscando 1,5°C, e alinhada com a meta de neutralidade climática da União Europeia até 2050, a França também estabeleceu suas próprias metas de redução de emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 1990. No plano doméstico, o país implementou uma legislação climática abrangente, com medidas como a proibição de voos domésticos curtos com alternativas ferroviárias, a criminalização do ecocídio e incentivos para veículos elétricos. Investimentos significativos estão sendo direcionados para a transição para energias renováveis e para a melhoria da eficiência energética em diversos setores. A França também apoia a precificação de carbono através do EU ETS e inovou com a Convenção Climática dos Cidadãos para formular medidas de redução de emissões com justiça social, além de implementar políticas de sobriedade energética. Internacionalmente, a França exerce liderança na política climática da UE, compromete-se com o financiamento climático para países em desenvolvimento, prioriza a diplomacia ambiental e participa ativamente de fóruns como a COP, buscando acelerar a ação global contra as mudanças climáticas, conciliando a proteção do clima com o desenvolvimento sustentável e a equidade social.

Indonésia: A Indonésia, vulnerável aos impactos climáticos e emissora relevante devido ao desmatamento e combustíveis fósseis, demonstra crescente compromisso em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris, visando reduzir emissões em 29% até 2030 (condicionalmente até 41% com apoio internacional) e alcançar net-zero até 2060 ou antes, mediante assistência global. Suas políticas domésticas focam na redução do

desmatamento, manejo florestal sustentável, investimento em energias renováveis (apesar da alta dependência do carvão), eficiência energética e transporte sustentável, com planos de retornar ao mercado de carbono para financiar projetos de redução, especialmente florestais. Internacionalmente, a Indonésia participa ativamente de negociações, enfatizando a cooperação e o apoio de países desenvolvidos, buscando parcerias para financiamento e tecnologia, como o JETP, e colaborando com outras nações florestais. Contudo, o país enfrenta desafios na implementação devido à complexidade econômica, dependência de setores poluentes e necessidade de grande mobilização financeira, buscando conciliar desenvolvimento econômico e proteção ambiental, enquanto ativistas defendem metas mais ambiciosas dada a vulnerabilidade do país. Em suma, a Indonésia reconhece a urgência climática e age com compromissos e esforços domésticos e internacionais, mas a efetividade e maior ambição dependem de superar desafios econômicos, obter financiamento e fortalecer a cooperação global.

Índia: A Índia, apesar de sua vasta população e significativas necessidades de desenvolvimento, demonstra um compromisso declarado em abordar as mudanças climáticas e trilhar um caminho de desenvolvimento de baixo carbono. O país se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero até 2070, buscando reduzir o total de emissões de carbono projetadas em um bilhão de toneladas até 2030. No setor energético, a Índia almeja que 50% de suas necessidades energéticas provenham de fontes renováveis até 2030, com uma meta de aumentar sua capacidade de energia não fóssil para 500 GW até o final de 2030, incluindo o objetivo de alcançar 500 GW de capacidade de energia renovável, com forte contribuição da energia solar. Além disso, a Índia pretende reduzir a intensidade de carbono de sua economia em mais de 45% até 2030, em comparação com os níveis de 2005, e planeja criar um sumidouro de carbono adicional de 2,5 a 3 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente por meio do aumento da cobertura florestal até 2030.

Japão: O Japão se posiciona como um ator engajado na luta contra as mudanças climáticas, com o legado de ter sediado a conferência que deu origem ao Protocolo de Kyoto. O país estabeleceu uma meta ambiciosa de alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e definiu objetivos significativos para a redução de emissões e a expansão de energias renováveis. As novas metas de redução visam uma diminuição de 60% até o ano fiscal de 2035 e de 73% até o ano fiscal de 2040, ambas em relação aos níveis de 2013, representando uma elevação da meta anterior de 46% para 2030. No setor energético, o Japão busca aumentar a participação de energias renováveis em sua matriz elétrica para até 50% até 2040, ao mesmo tempo em que considera a

energia nuclear como uma importante fonte de energia limpa, com o objetivo de contribuir com cerca de 20% da geração no mesmo período.

Apesar de suas metas ambiciosas, o Japão ainda enfrenta o desafio de reduzir sua forte dependência de combustíveis fósseis. Críticos apontam para a necessidade de um plano mais claro para atingir o net-zero até 2050 e para uma eliminação mais rápida do carvão. A expansão das energias renováveis também enfrenta obstáculos, como a necessidade de melhorias na rede elétrica, e a meta para a energia eólica offshore pode não ser totalmente alcançada até 2030. Em suma, embora o Japão demonstre um forte compromisso com a descarbonização até 2050, estabelecendo metas ambiciosas e implementando políticas diversas, o país precisa superar desafios na transição energética e acelerar a redução de emissões para se alinhar com as trajetórias de aquecimento global mais seguras.

México: A posição do México em relação às mudanças climáticas é multifacetada. O país reconheceu a urgência da questão e tomou algumas medidas para abordá-la, mas suas ações têm sido alvo de críticas por falta de ambição e inconsistências. O México ratificou o Acordo de Paris e apresentou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), estabelecendo uma meta condicional de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 40% abaixo dos níveis de "business-as-usual" até 2030, com uma meta incondicional de 22%. O país também visa reduzir as emissões de carbono negro em 51% incondicionalmente e em 70% condicionalmente até 2030, com o objetivo de longo prazo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50% em relação às emissões históricas de 2000 até 2050, e declarou uma meta de emissões líquidas zero até 2050. O México também pretende gerar 35% de sua eletricidade a partir de fontes de energia limpa até 2024 e planeja aumentar a produção de energia limpa para 40 GW até 2030.

Apesar disso, o Climate Action Tracker classificou as políticas climáticas do México como "Altamente Insuficientes" e "Criticamente Insuficientes", indicando que as políticas atuais não estão alinhadas com a limitação do aquecimento a 1,5°C e podem levar a um aquecimento superior a 3°C. Especialistas apontam para uma regressão nas políticas climáticas do México, com uma renovada ênfase nos combustíveis fósseis e um enfraquecimento das instituições relacionadas ao clima. A priorização da petroleira estatal Pemex tem sido vista como um obstáculo à transição energética. Embora existam metas para energias renováveis, o país ainda depende fortemente de combustíveis fósseis para suas necessidades energéticas, e a eficácia dos

compromissos climáticos do México tem sido questionada, com preocupações sobre a falta de ambição nas NDCs atualizadas. O desmatamento e os conflitos de uso da terra permanecem desafios significativos. Em resumo, embora o México tenha estabelecido marcos legais e definido metas climáticas, suas ações e políticas atuais têm sido criticadas por falta de ambição e preferência por combustíveis fósseis. A nova administração sinaliza uma possível mudança para uma agenda climática mais agressiva, mas ações concretas e sua implementação eficaz serão cruciais para determinar o papel futuro do México no enfrentamento das mudanças climáticas.

Nigéria: A Nigéria demonstra um engajamento crescente no enfrentamento das mudanças climáticas, sendo um emissor significativo de gases de efeito estufa. O país ratificou o Acordo de Paris e se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero até 2060, com metas de redução de emissões de 20% incondicionalmente e 47% até 2030 (condicionais ao apoio internacional) em relação ao cenário de "business-as-usual". No setor energético, a Nigéria busca aumentar a participação de energias renováveis para 30% até 2030 e 60% até 2060. No cenário internacional, a Nigéria participa ativamente das negociações sob a UNFCCC, enfatizando a necessidade de apoio financeiro e tecnológico para alcançar suas metas mais ambiciosas. Embora suas políticas atuais sejam consideradas compatíveis com o limite de aquecimento de 1,5°C em relação à sua justa contribuição, a implementação efetiva e o sucesso de suas metas dependem de financiamento, tecnologia e colaboração internacional, buscando conciliar as necessidades de desenvolvimento com um crescimento verde e sustentável.

Reino Unido: O Reino Unido se estabeleceu como um líder global na resposta às mudanças climáticas, ancorado por um compromisso legalmente vinculativo de alcançar o net-zero até 2050. O país demonstra ambição ao elevar sua meta de redução de emissões para 81% até 2035, em comparação com os níveis de 1990. Essa trajetória é sustentada por políticas domésticas robustas, incluindo a pioneira Lei de Mudanças Climáticas de 2008 e um sistema de orçamentos de carbono. O Reino Unido tem feito progressos notáveis na eliminação da energia a carvão e está incentivando o investimento em energias renováveis, com um foco significativo na energia eólica offshore. Iniciativas como a Zona de Emissão Ultrabaixa (ULEZ) em Londres e a implementação de um Sistema de Comércio de Emissões (ETS) visam reduzir a poluição e incentivar a descarbonização industrial. Adicionalmente, o país planeja proibir a venda de novos carros a gasolina e diesel até 2035, sinalizando uma transição para a mobilidade limpa. No cenário internacional, o Reino Unido desempenhou um papel de liderança na COP26 em

Glasgow e tem estabelecido parcerias globais, inclusive com o Brasil, para promover a sustentabilidade e mobilizar investimentos verdes, além de se comprometer com o financiamento climático para países em desenvolvimento. Apesar de sua postura de liderança e metas ambiciosas, o Reino Unido enfrenta desafios na implementação consistente de políticas para atingir seus objetivos e tem sido alvo de críticas por decisões que parecem destoar de sua agenda climática. No entanto, o país mantém um forte discurso em favor da ação urgente e da colaboração internacional para enfrentar a crise climática, buscando uma transição para uma economia verde e de baixo carbono.

Rússia: A Rússia reconhece a realidade e a significância das mudanças climáticas, sendo signatária do Acordo de Paris, e estabeleceu a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2060. Sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa para 70% dos níveis de 1990 até 2030, enfatizando o papel de suas vastas florestas na absorção de carbono. A Doutrina Climática e a Estratégia de Desenvolvimento de Baixa Emissão delineiam os princípios e as medidas para atingir essa meta, com foco na adaptação aos impactos climáticos, aumento da eficiência energética, desenvolvimento de energias renováveis e promoção de veículos elétricos, além da exploração de mecanismos de precificação de carbono. No cenário internacional, a Rússia participa dos processos da UNFCCC e se propõe a apoiar países em desenvolvimento, utilizando a diplomacia climática para avançar seus interesses. Contudo, a forte dependência da economia russa na exportação de combustíveis fósseis representa um desafio para uma rápida transição para uma economia de baixo carbono. Observadores internacionais frequentemente consideram as metas e políticas climáticas da Rússia "Altamente Insuficientes" em relação à limitação do aquecimento global a 1,5°C, notando a falta de um roteiro claro para o net-zero e a tensão entre interesses econômicos e responsabilidades ambientais, especialmente no contexto de sanções internacionais. A abordagem russa tende a priorizar a adaptação e o papel das florestas, com uma transição aparentemente mais lenta dos combustíveis fósseis.

- **Empresas:**

Exxonmobil: A ExxonMobil reconhece a realidade da mudança climática e expressa apoio aos objetivos do Acordo de Paris, ambicionando alcançar emissões líquidas zero em suas operações até 2050. A empresa estabeleceu metas de redução na intensidade de emissões de suas atividades

de upstream e busca diminuir as emissões de metano e a queima de gás. Estrategicamente, a ExxonMobil investe em soluções de baixo carbono através de sua unidade de negócios dedicada, com foco em captura e armazenamento de carbono (CCS), hidrogênio (especialmente o azul) e biocombustíveis, além de defender mecanismos de precificação de carbono. Apesar desses esforços e do reconhecimento da necessidade de múltiplas soluções e apoio político, a ExxonMobil enfrenta críticas por sua desinformação histórica sobre o tema, por não abranger totalmente as emissões de Escopo 3 (resultantes do uso de seus produtos) em suas metas de net-zero e por continuar a investir significativamente na exploração e produção de petróleo e gás. Alegações de "greenwashing" também persistem, com acusações de que a promoção de iniciativas de baixo carbono ofusca o investimento contínuo em combustíveis fósseis. A influência da empresa na política climática através de lobby também gera preocupações. Embora tenha aumentado seus investimentos em CCS e outras tecnologias de baixa emissão, a ExxonMobil permanece fundamentalmente uma empresa de petróleo e gás, e o alinhamento de suas ações com uma rápida transição energética e a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C continua sendo um tema de intenso debate e escrutínio.

Coca Cola: A Coca-Cola Company afirma o objetivo de expandir seus negócios de forma a gerar impacto positivo e construir um futuro mais sustentável para o planeta, com foco em reduzir emissões de Escopo 1, 2 e 3 em linha com uma trajetória de 1,5°C até 2035 e ambicionando o net-zero até 2050. A empresa busca alcançar 100% de eletricidade renovável em suas operações principais e trabalha com a cadeia de suprimentos agrícola para promover a sustentabilidade, a resiliência climática e a redução de emissões. No que tange à água, a meta é retornar 100% da água utilizada em seus produtos finais à natureza e às comunidades, com foco em áreas de alto risco até 2035. Em relação às embalagens, a Coca-Cola prioriza o design reciclável, com o objetivo de usar de 35% a 40% de material reciclado em suas embalagens primárias globalmente até 2035 e auxiliar na coleta de 70% a 75% das garrafas e latas que introduz no mercado anualmente até o mesmo ano. Apesar dessas metas e iniciativas, análises indicam que a empresa pode estar em uma trajetória de aquecimento de +2°C até 2030, e há críticas sobre a insuficiência de seus investimentos climáticos para garantir um compromisso climático positivo a longo prazo, bem como preocupações sobre a redução de alguns compromissos de sustentabilidade e a clareza de suas alegações de emissões.

Gazprom: A Gazprom, como uma das maiores empresas de energia do mundo focada no gás natural, reconhece a relevância da questão climática e participa de iniciativas para reduzir

emissões de gases de efeito estufa, declarando compromisso com o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. A empresa estabeleceu metas para diminuir suas emissões diretas e indiretas, demonstrando interesse no potencial do gás natural como uma fonte de energia de transição mais limpa em comparação com outras fontes fósseis. Suas ações incluem a implementação de medidas para aumentar a eficiência energética, reduzir perdas de gás e investir em tecnologias de monitoramento e redução de emissões de metano. A Gazprom também explora o uso do gás natural como combustível veicular e participa de programas ambientais como o reflorestamento. Apesar dessas iniciativas, a empresa enfrenta o desafio de equilibrar a demanda global por energia com a necessidade de descarbonização a longo prazo, e a transição para energias renováveis representa um desafio para seu modelo de negócios centrado no gás natural, embora possa enxergar oportunidades nesse combustível como uma ponte para um futuro de baixo carbono, influenciado também pela política energética

Saudi Aramco: A Saudi Aramco, gigante do petróleo, está navegando em um cenário complexo quando o assunto é mudanças climáticas. Por um lado, ela continua sendo uma das maiores produtoras de combustíveis fósseis do mundo. Por outro, a empresa reconhece a urgência de agir e tem traçado planos ambiciosos para se alinhar à transição energética global. Apesar dessas iniciativas, a posição da Saudi Aramco não está isenta de desafios e críticas. A empresa não planeja reduzir sua produção de petróleo e gás até 2030, um período em que cenários climáticos globais indicam a necessidade de cortes substanciais nas emissões de combustíveis fósseis. Além disso, suas metas de net-zero para 2050 se concentram nas emissões de Escopo 1 e 2, não abrangendo as emissões de Escopo 3 (provenientes dos produtos vendidos), que são as mais significativas para uma empresa do setor. Em essência, a Saudi Aramco busca equilibrar seu papel como um dos maiores fornecedores de energia do mundo com o imperativo de contribuir para um futuro de baixo carbono, investindo em tecnologias e práticas que visam mitigar seu impacto ambiental.

8. DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

FORMATO: Texto fonte Arial ou Times New Roman tamanho 12. Texto justificado com espaçamento 1,5. O documento de posição oficial tem apenas uma folha

BRASÃO DE ARMAS DO SEU PAÍS (FOTO)

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL

NOME COMPLETO O PAÍS

NOME COMPLETO DOS MEMBROS DA DELEGAÇÃO

NOME DO COMITÉ

TEMA

1º parágrafo

Inicia-se com a congratulação de sua delegação por estar presente no comitê. Interligando a congratulação com a introdução geral do tema e os objetivos de sua delegação para com ele.

2º parágrafo

Aprofunda-se na problemática e mostra o posicionamento do seu país perante o tema. Pode apontar políticas internas tomadas em seu país e sua efetividade, retomar questões históricas e mostrar medidas já tomadas anteriormente.

3º parágrafo

Revela o posicionamento de seu país sobre o tema internacionalmente. Deve apresentar medidas que estão sendo tomadas atualmente, acordos bilaterais ou multilaterais com outros países. Pode contar com a posição do Ministério das Relações Exteriores.

4º parágrafo

Conclusão dos objetivos e apresentação de soluções que podem ser tomadas, segundo sua política externa da sua delegação. Pode-se incluir agradecimentos.

Assinatura do delegado (Em cima da linha)

Comitê e delegação (Embaixo da linha)



DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL

República Islâmica do Paquistão

Mychelle Gleyce Andrade Santos e Pablo Riquelme Oliveira Cardoso

Conselho de Segurança das Nações Unidas

A eminente ameaça de uma terceira guerra mundial e seus irreparáveis
conflitos nucleares

A República Islâmica do Paquistão, se apresenta como membro da organização das nações unidas (ONU) especificadamente, ao conselho de segurança das nações unidas (CSNU) para se colocar em posição perante a uma possível ameaça à paz global. Os conflitos contemporâneos entre os países criam-se um cenário de constante perigo para a humanidade. Guerra na ucrânia, conflito israelo-palestino, hostilidade entre as coreias, desentendimento entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América junto a outros conflitos, são fatores que alimenta um potencial desastre nuclear global.

A delegação paquistanesa aqui presente, agradece ao acordo feito com a República Islâmica do Irã referente a tensão na fronteira de ambos os países, sob esse princípio, "Os dois ministros das Relações Exteriores concordaram em que a cooperação e a coordenação contra o terrorismo e outros aspectos de interesse comum devem ser reforçadas", assim como, "o Paquistão respeita plenamente a soberania e a integridade territorial da República Islâmica do Irã" tais trechos afirmados pela chancelaria paquistanesa nas quais o governo paquistanês se compromete com o diálogo entre países sem o uso de força.

Outrossim, a diplomacia paquistanesa descreve como o início de uma nova era no relacionamento com o Reino da Arábia Saudita, a visita feita pela delegação saudita em território paquistanês no dia 16 de abril de 2024

promoverá conexões profundamente enraizadas em vários setores, incluindo diplomacia. Similarmente, a delegação paquistanesa vê com bons olhos os estreitos laços econômicos e diplomáticos entre o governo paquistanês e o governo Chines. Tais acontecimentos, são de tamanha importância para a relação entre os países que visam a paz e o desenvolvimento entre os povos.

A República Islâmica do Paquistão se compromete em cooperar com os demais delegados presentes no comitê, porém, mantendo uma política externa que prioriza a defesa dos interesses nacionais adjuntos a segurança regional. Em cenário de tensão global a delegação paquistanesa enfatiza a necessidade de respeito ao direito internacional, buscando soluções pacíficas através do diálogo e da diplomacia. A delegação tem interesse em evitar qualquer escalada que possa comprometer sua estabilidade interna e externa, especialmente em relação à República da Índia.

9. Considerações finais

Com o objetivo de melhorar a preparação de vocês para os próximos debates, este material é essencial. Ele apresenta informações importantes sobre o tema apresentado, visando aprofundar a compreensão das questões atuais e dos desafios diplomáticos que cada delegação enfrentará. Entretanto, este guia é apenas o início, não se fixem apenas no guia. Para o bom desempenho do debate necessita de uma pesquisa mais ampla e uma dedicação a mais de todos os delegados. Assim, enfatizo cada um a buscar fontes além do mostrado, internalizar os aspectos sociais e políticos da nação que será representada e elaborar estratégias para a formulação de soluções. Espero que este guia forme uma base firme para negociações sólidas e para um aprendizado sobre a colaboração de todas as delegações e multinacionais presente. Desejo-lhes bons estudos e foco total.

Atenciosamente, O diretor do Comitê Pablo Riquelme Oliveira Cardoso